



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

01 de Junho de 2015

ABIT – Rua Marques de Itu, 968 – Vila Buarque

ATA XIV REUNIÃO ORDINÁRIA

Presentes:

Membros: Eliza Donda (MISSÃO PAZ); Roque Pattussi (CAMI); Cristina Rezende (SMPIR); Marília Ramos (REPÓRTER BRASIL); Rosane R. S. Tanabe (ABIT); Sidnei Abreu (ABVTEX); Ana Gabriela Oliveira de Paula (MPT); Juliana Armede (SJDC); Marina M. Novaes (SMDHC); Edmundo Lima (ABVTEX/C&A Modas); Camila Zelezoglo (ABIT); Rogério Giannini (CUT/SP); Sérgio Aoki (MTE / SRTE/SP); Fernando V. Pimentel (ABIT); Gilda Bernadete da Costa (PMSP); Luís Alexandre de Faria (MTE/SRTE-SP); Maria Cristina Corral (SMPM); Simone Nascimento (SMPIR); Renato Jardim (ABIT).

PAUTA:

- 1) Abertura – Marina M. Novaes;
- 2) Apresentação da ABIT – Renato Jardim;
- 3) Lançamento do Plano Municipal de Combate ao Trabalho Escravo – Marina M. Novaes;
 - 3.1) Declaração do Prefeito de São Paulo – Marina M. Novaes;
 - 3.2) Avaliação

4) Informes

A Sra Marina M. Novaes iniciou a reunião cumprimentando a todos.

1) Abertura:

- O Sr. Fernando V. Pimentel (ABIT) explicou que a ABIT é uma associação que representa todo o setor de confecção e têxtil do país e que possuem uma série de Comitês e Grupos de Trabalhos, entre eles, grupos que tratam da questão vinculada a COMTRAE.
- Disse que querem que o Brasil seja reconhecido internacionalmente como um país que produz de forma limpa, transparente e sustentável dentro de uma Legislação adequada para a atividade produtiva.

2) Apresentação da ABIT:

- O Sr. Renato Jardim (ABIT) relatou que o objetivo dessa reunião é explanar sobre a estrutura do setor e informou que a ABIT foi fundada em 1967 e que representa todos os elos da cadeia produtiva, que vai desde os produtores de matérias-primas até o varejo.
- Destacou que o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui todos os elos da cadeia produtiva operando, mas disse que nos últimos anos perdeu algumas indústrias importantes na parte de matérias-primas como viscose e acrílico.
- Disse que é importante ficar claro que na cadeia produtiva, os elos de fiação, tecelagem, malharia e acabamento são na maioria feita por empresas de grande porte, cuja atividade maior está no capital e que no elo de confecção, a mão de obra possui relevância bastante importante.
- O Sr. Fernando V. Pimentel informou que a cadeia produtiva integrada que o Brasil possui é a maior do Ocidente, a quarta maior do mundo em confecção e a maior do mundo em têxtil.
- O Sr. Renato Jardim relatou que o Brasil tem um faturamento acumulado de 55 bilhões de dólares, 33.000 mil empresas. 1.620.000 empregos diretos gerados, 15 bilhões de reais em salários pagos, mais de 1 bilhão de dólares em investimento, 7 bilhões de dólares de

importações e 1 bilhão e 200 mil dólares de exportação, gerando um déficit de quase 6 bilhões de dólares na balança. Relatou que o Brasil possui cerca de 1 milhão e 100 mil máquinas de confecção em operação e que existe a presença de indústria têxtil ou de confecções ou de ambas em 3.000 municípios brasileiros.

- Disse que observando o vestuário e analisando os dados da RAIS de 2013, possuem 60 mil empresas, das quais 43 mil têm de 0 a 9 funcionários, 700 empresas de 10 a 99 funcionários, 716 empresas entre 100 e 499 funcionários e 59 empresas no Brasil acima de 500 funcionários. Destacou que o setor representa 5% do PIB industrial da indústria de transformação do Brasil e 10,6% de todos os empregos.
- Disse que a evolução dos impostos pagos pelo setor têxtil e confecção indica um crescimento bastante importante e que os dados da PIA indicam um crescimento da confecção em velocidade e magnitude muito maior do que o real de mercado, mostrando que é nesse segmento onde o processo de formalização está realmente acelerado e acontecendo. Relatou que comparando os dados de evolução segundo o IBGE de mercado interno, ou seja, de vendas no varejo e de produção, é notado que 2010, 2011, 2012 e também 2013 foram anos de evolução positiva, e que, entretanto, 2014 foi um ano bastante ruim em todas as frentes.
- Disse que o estado de São Paulo é o principal estado produtor têxtil de confecção do Brasil, mas perdeu relevância nos últimos anos por questões óbvias econômicas e de incentivos, fazendo com que as indústrias migrassem para outros estados, e que a RAIS mostra que na fabricação de produtos têxteis existe uma maior concentração ou praticamente uma predominância de brasileiros, como também na confecção, mas com um número maior de estrangeiros.
- O Sr. Renato Jardim informou que existe uma absorção de mão de obra em todos os níveis, sendo que a maioria é do sexo feminino e relatou que devido ser uma indústria extremamente pulverizada, composta por micro e pequenas empresas, acaba trazendo algumas situações,

inclusive, de informalidade que prejudica o desempenho geral do setor. Por isso estão propondo ao Governo um regime que tenha o viés do Simples com baixo nível tributário, mas que não traga ao mesmo tempo, para deixar as empresas crescerem.

- Explicou que o modelo de regime RTCC proposto produzirá a consolidação desse segmento e comunicou que a ABIT visitou a OIT duas vezes, visto que uma delas foi para participar de um diálogo exclusivo do setor têxtil de confecção de dois temas: horas trabalhadas e salários pagos.
- O Sr. Fernando V. Pimentel relatou que possuem uma agenda envolvendo toda a parte institucional brasileira e de discussões tributárias e também de competitividade interna no que diz respeito às companhias. Disse que possuem quatro pilares, sendo eles: o texto 2030 com os princípios encaminhamentos da visão do futuro do setor têxtil; um edital de concorrência para a questão da integração nas cadeias globais de valor, o Programa Texbrasil de exportação e o projeto para trazer para os pequenos empreendedores o que há de melhor no mundo em termos de arranjo produtivo.
- O Sr. Luis Alexandre Faria (MTE/SRTE-SP) questionou como está o trâmite no Executivo do regime de RTCC e o Sr. Fernando V. Pimentel explicou que o regime é conhecido de todos os Ministérios e que nesse ano as discussões ficaram travadas porque o Ministério da Fazenda não quer ouvir falar nesse tipo de conversa. No entanto, disse que não esmoreceram, colocando em todas as reuniões que o regime seria algo relevante para a indústria e que estão dentro do Congresso levando permanentemente essa pauta para a sua Frente Parlamentar.
- O Sr. Roque Pattussi (CAMI) entendeu que a visualização desses impactos são ainda maiores dentro da cadeia do setor da informalidade na cidade de São Paulo e compreendeu que um dos primeiros trabalhos que deveriam fazer, por mais difícil que seja, é ter uma real estimativa de imigrantes que existem no Brasil.

- A Sra. Juliana Felicidade Armede (SJDC) disse que a questão de pauta sobre a construção de uma legislação municipal é muito importante e questionou se a COMTRAE pudesse ser mais abrangente sobre o ponto de vista das competências e capacidades que o município tem de atuar, não apenas no foco da questão tributária, que é o grande mote no caso da Lei Estadual, mas talvez da criação de um pequeno sistema. A Sra. Marina M. Novaes explicou que o ponto de pauta era para tratar exatamente sobre esse item e compreendeu através da fala do Sr. Fernando V. Pimentel que precisam como a COMTRAE, retratar a realidade com a inclusão das pessoas que trabalham na informalidade e captar os dados oficiais. O Sr. Luís Alexandre de Faria lembrou que quando falam da formalidade não podem pensar apenas sob a ótica da carteira assinada, pois os últimos resgates de trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo possuíam carteira de trabalho assinada. Relatou que a perspectiva tem que ser tratada é do trabalho decente.
- O Sr. Fernando V. Pimentel esclareceu que estão tratando de um contexto de competitividade dentro da legalidade, mas entendeu que enquanto tiverem a proliferação de stands centers e da feirinha da madrugada em São Paulo, a ilegalidade continuará. Relatou que já sugeriram ao Governo Federal, Estadual e Municipal uma ação conjunta.
- O Sr. Roque Pattussi crê que é importante que a Vereadora, Sra. Patrícia Bezerra, que está fazendo o fechamento da lei, participe de uma reunião para expor sobre a mesma para ouvir as posições da COMTRAE.
- A Sra. Cristina Rezende Maria (SMPPIR) destacou que na apresentação não ouviu sobre a questão da capacitação do indivíduo e questionou se estaria embutida nos moldes que podem ser trabalhados com a população. O Sr. Fernando V. Pimentel entendeu que esse tema é extremamente relevante, porque o projeto manufatura contemporâneo não cabe, observando sob a ótica humana, tarefas repetitivas e cansativas que não valorizam o potencial das pessoas. Disse que as empresas formais investem permanentemente na qualificação do

trabalhador, por necessitarem de pessoas produtivas e que precisam de fiscalização para fazer cumprir a Lei. Informou que possuem o Prêmio ABIT, que homenageia anualmente uma pessoa que se destacou no grupo de migrantes, sendo que em 2014 foi concedido à Costureira mais antiga em atividade no Estado de São Paulo.

3) Lançamento do Plano Municipal de Combate ao Trabalho Escravo – Marina M. Novaes;

3.1) Declaração do Prefeito de São Paulo:

- A Sra. Marina M. Novaes disse que foi muito importante terem realizado um evento solene e depois uma discussão sobre a conjuntura do trabalho escravo no Brasil. E que o Prefeito de São Paulo assumiu o compromisso de lançar uma Lei severa que puna o trabalho escravo. Sugeriu realizar um evento em um Seminário ou em uma discussão para que possam trazer juristas para pensarem em uma Legislação e criar uma Comissão Temática da COMTRAE para melhorar a proposta de Projeto de Lei da Sra. Patrícia Bezerra. A Sra. Maria Cristina Corral (SMPM) compreendeu que o lançamento do Plano valorizou o trabalho que estão fazendo pela erradicação, de fato, do trabalho escravo e disse que a Secretaria estava realizando várias discussões sobre a Legislação.
- A Sra. Cristina Rezende Maria gostou da idéia do Seminário para debucar sobre o Projeto de Lei, para posteriormente convidar a Sra. Patrícia Bezerra para realizar um debate e depois realizarem as contribuições. Colocou em disponibilidade o espaço da SMPIR para a reunião da Comissão.
- A Sra. Juliana Felicidade Armede propôs realizar um debate na Câmara levando alguns representantes da sociedade e convidando o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e alguns Vereadores para contribuir com esse trabalho.
- A Sra. Marina M. Novaes compreendeu que é uma boa idéia trazer outros atores que também estão envolvidos e disse que no dia 15 de

junho haverá uma reunião extraordinária específica para pensarem em uma proposta para apresentar para a Vereadora.

3.2) Avaliação do lançamento do Plano Municipal de Combate Trabalho Escravo:

- A Sra. Marina M. Novaes relatou que o Secretário Suplicy gostou do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo e que o mesmo criou a ação 59, para ser incluída no Plano. Disse que explicou ao Secretário que não poderiam incluí-la no plano naquele momento, pois o mesmo foi feito coletivamente, e que ficou de trazer para a aprovação da COMTRAE a sua inclusão. Disse que a ação ficará no eixo de geração de emprego e renda e possui a seguinte redação: “Envidar esforços para que seja implantada a Renda Básica de Cidadania em cooperação com os governos estadual e federal, a fim de garantir maior grau de liberdade, dignidade e igualdade de oportunidade para todos.” E no preâmbulo seria incluído um pouco da contextualização do que é Renda Básica de Cidadania. Os participantes aprovaram a inclusão da ação
- A Sra. Marina M. Novaes relatou que a OIT também estava presente no lançamento do plano e dispuseram a fazer uma oficina para a COMTRAE realizar o monitoramento das experiências do Plano. Compreendeu que uma das expectativas dessa oficina de monitoramento é saber como podem acompanhar as 59 ações do Plano, durante os três anos de vigência.
- A Sra. Marília Ramos (Repórter Brasil) comunicou que a Repórter Brasil está desenvolvendo uma plataforma digital de monitoramento do plano nacional junto com a CONATRAE, que será apresentada talvez no final de 2015.
- O Sr. Roque Pattussi propôs que seja definida a responsabilidade de cada Secretaria dentro do Plano para iniciar o monitoramento e a Sra. Marina. M. Novaes explicou que todas as Secretarias estão cientes de suas responsabilidades e que a mesma está vinculada no próprio Plano, através de cada ação.

5) Informes:

- A Sra. Maria Cristina Corral informou que a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres lançou na sexta-feira em parceria com a Secretaria do Trabalho, a SMPIR, Faculdade de Direito da USP, ONU Mulheres, Fundação Friedrich Ebert, a CONTRACS e o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo, um centro de orientação sobre a nova Legislação do trabalhador doméstico.
- A Sra. Cristina Rezende Maria comunicou que reservou o auditório da SMPIR pela parte da manhã para realização da reunião extraordinária, no dia 15 de junho.
- A Sra Marina M. Novaes notificou que no meio do ano passado foi promulgada a Lei 13.019/2014 que trata do marco regulatório das organizações da sociedade civil, e agora cabe a cada município fazer o Decreto Municipal para regulamentar à aplicação da Lei. Disse que estão elaborando a Lei e que, conseguiram no Artigo 28, Inciso IX, inserir que uma das declarações que a organização da sociedade civil tem que ter para conveniar é uma declaração que não emprega ninguém sob regime de trabalho análogo ao de escravo.
- Relatou que a Comissão da OAB que trata sobre o trabalho escravo procurou a COMTRAE manifestando interesse em particular do mesmo.
- A Sra. Eliza (Missão Paz) informou que será realizado um seminário na APUC sobre imigração e religião do dia 08 a 10 de junho
- O Sr. Roque Pattussi informou que a CAMI conseguiu uma casa do Governo do Estado e que, no dia 22 de julho estarão celebrando 10 anos de existência de fato, mas destacou que apenas possuem 2 anos de existência de direito. Sugeriu que a COMTRAE proponha a inclusão no marco regulatório das instituições que comprovem a existência de direito ou de fato, para continuarem a sua missão e a transformação da realidade social que atuam.